

HABEAS CORPUS Nº 548.382 - SP (2019/0355746-4)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : BRUNO GUEDES GARCIA E OUTRO
ADVOGADOS : JOSE NETO DA SILVA SOARES - SP300364
BRUNO GUEDES GARCIA - SP0387118
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : VAGNER SANTOS PEREIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. AUSÊNCIA DA DECISÃO QUE DECRETOU A PRISÃO PREVENTIVA DO PACIENTE. PETIÇÃO INICIAL LIMINARMENTE INDEFERIDA.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de VAGNER SANTOS PEREIRA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no HC n.º 2190073-31.2019.8.26.0000.

Consta dos autos que o Paciente foi preso em flagrante, em 12/04/2019, com posterior conversão em preventiva, pois foi surpreendido com "1890 invólucros de cocaína, 315 supositórios plásticos de cocaína, 1560 invólucros de crack, 114 trouxinhas e mais 497 invólucros de maconha" (fl. 45).

Em 12/06/2019, foi condenado pela prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n.º 11.343/2006, às penas de 6 (seis) anos de reclusão, em regime inicial fechado, e pagamento de 600 (seiscentos) dias-multa. Na ocasião, foi negado ao Réu o direito de recorrer em liberdade (fl. 50).

Irresignada com a manutenção da custódia cautelar, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem (fls. 61-65).

No presente *writ*, alegam os Impetrantes, em síntese, que o direito de recorrer em liberdade foi negado por meio de fundamentação inidônea, pois foi ressaltado apenas o fato de o Paciente ter permanecido preso durante a instrução processual.

Ressaltam, ademais, que não foram demonstrados os requisitos dispostos no

art. 312 do Código de Processo Penal para a manutenção da segregação provisória do Condenado, além de serem suficientes, ao caso, as medidas cautelares diversas da prisão.

Consignam, ainda, que "*é salutar trazer a esta Corte o entendimento do Douto Ministro Celso de Mello em seu Voto na AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE 43*" (fl. 18), não havendo, assim, "*fundamento para manutenção da prisão, haja vista a violação ao trânsito em julgado em processo passível de recurso contra a sentença condenatória*" (fl. 21).

Requerem, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva do Paciente (fl. 22).

É o relatório. Decido.

Verifico não ser possível analisar a viabilidade do pleito deduzido, diante da instrução deficitária do *writ*, visto que os Impetrantes não acostaram aos autos cópia da decisão que decretou a prisão preventiva do Paciente, o que inviabiliza o exame da controvérsia. Saliento que a cópia do referido documento é indispensável, **por se tratar do título prisional inicial que não foi reformado quando da prolação da sentença condenatória.**

Como se sabe, **competete à Defesa narrar e instruir completa e adequadamente o *habeas corpus* (ou seu respectivo recurso)** – v.g. STJ, HC 245.430/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 21/02/2013, DJe 28/02/2013.

Dessa forma, como a Defesa não se desincumbiu do ônus de formar adequadamente os autos, olvidando-se de que o *habeas corpus* "*pressupõe prova pré-constituída do direito alegado*" (STJ, HC 437.808/RJ, Rel. Min. JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe de 28/06/2018), não há como apreciar o mérito do *writ*.

No mesmo sentido: HC n.º 508.081/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJe de 08/05/2019; HC n.º 507.614/ES, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, DJe de 08/05/2019; HC n.º 507.591/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJe de 08/05/2019; HC n.º 507.828/RJ, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, DJe de 08/05/2019.

Outrossim, consigno que a constrição preventiva se difere de eventual prisão

Superior Tribunal de Justiça

decretada em razão de execução provisória da pena, não havendo, assim, a necessidade de se aguardar o trânsito em julgado para a determinação da segregação, mas, apenas, a demonstração dos requisitos dispostos no art. 312 do Código de Processo Penal, como no caso em questão.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 34, inciso XX, e 210 do RISTJ, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição inicial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de dezembro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora